

Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os “brasileiros” e o desenvolvimento local

Isilda Braga da Costa Monteiro* Fernanda Paula Sousa Maia*

* Investigadora doutorada. CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Resumo: As festas da Senhora Aparecida constituem um momento alto da vivência religiosa do concelho de Lousada e em especial da freguesia do Torno, onde se realizam desde 1823. Nos anos 20 do século passado, após o entusiasmo suscitado pelas comemorações do primeiro centenário, as festas parecem perder algum brilho e capacidade atractiva, com inevitáveis reflexos no número de participantes e no volume das ofertas. No entanto, graças a alguns homens da terra, entre os quais se destaca Abílio de Magalhães, recém-chegado do Brasil, as festas vão ganhar uma nova razão para motivar a deslocação de crentes e não crentes - a Procissão dos Caixões ou Cortejo dos Amortalhados. Para além da festa religiosa que a Igreja directamente supervisionava, a Senhora Aparecida torna-se, mais do que tinha acontecido até então, um elemento primordial para a afirmação da freguesia no concelho e para o reforço da sua dinâmica comercial. Entre o sagrado e o profano, à margem da Igreja mas com o seu assentimento, a Procissão dos Caixões rapidamente se torna uma tradição que perdura até 1995. Contudo, contrariamente ao que geralmente acontece, esta tradição, tal como as fontes nos permitem apreender, poderá inserir-se num plano estrategicamente delineado e teve uma data para o seu início...

Palavras-chave: “Brasileiros”; Aparecida, S. Fins do Torno, “Procissão dos Caixões”

Abstract: Senhora Aparecida festivities constitute a moment of the utmost importance in what concerns the religious belief in Lousada, especially in the parish of Torno, where they occur since 1823. During the 20ies of the last century, after the enthusiasm of the commemoration of the first centenary, the festivities seem to reveal a much more irrelevant role which was immediately felt through the level of participants and through the volume of gifts. Meanwhile, thankfully to the commitment of some local men, with an emphasis to Abílio de Magalhães, recently arrived from Brazil, these festivities gained a new reason to motivate believers and not believers to go there and to participate: the “Procissão dos Caixões” or “Cortejo dos Amortalhados”. Besides the religious festivity that the Church supervised, Senhora Aparecida acquired since then, a different and important role: it turned out to be a primordial element of the affirmation of the parish in the “concelho” and of the reinforcement of its commercial dynamic. Between the sacred and the profane dimensions, outside the Church but with its consent, the “Procissão dos Caixões” quickly became a tradition that had prevailed up to 1995. However, although far from being usual, this tradition, as the sources about it allow us to apprehend, can be included in a strategically organized plan and had a date to support its beginning...

Keywords: “Brasileiros”; Aparecida, S. Fins do Torno, “Procissão dos Caixões”

A romaria de Agosto em honra da Senhora Aparecida reveste-se de um carácter estrutural ao nível da construção identitária contemporânea da freguesia de S. Fins do Torno, no concelho de Lousada. Desde 1823, quando a lenda começou a ganhar força em torno do aparecimento de uma pequena figura, que, aos poucos, a festa de cariz bem popular se foi consolidando. A partir de então, por todo o século XIX, em meados do mês de Agosto, a romaria à ermida construída no Monte da Conceição, passaria a marcar ritualmente a vida da população local e, aos poucos, a de todo o Norte do país. Durante estes dias de romagem, a população do Torno multiplicava-se. As festividades em honra da Senhora Aparecida atraíam romeiros de diferentes origens geográficas que aqui convergiam no sentido de poderem cumprir as suas promessas, independentemente de integrarem ou não as celebrações católicas que lhes eram propostas.

Este carácter eminentemente popular da romaria, desde cedo foi sendo aproveitado pelos agentes locais de desenvolvimento, nomeadamente os comerciantes. Na verdade, especialmente nestes dias, os lojistas e os negociantes da terra dispunham de um conjunto desusado de consumidores a quem deveriam corresponder numa procura de amplo espectro, que poderia ir dos simples bens de consumo alimentar, em restaurantes ambulantes, até a mercadorias de consumo menos habitual, como gado, roupas, calçado, quinquilharia ou mesmo artigos de ourivesaria, como se pode ler num jornal da época¹. Assim se explica, por exemplo, a forma como as forças locais cedo perceberam a importância da noitada para o sucesso da romaria, nomeadamente através do cuidado com que, pelo menos na primeira metade do século XX, se contrataram as bandas de música, bem como se preparava o espectáculo pirotécnico. Havia que corresponder às expectativas de uma concorrência ruidosa e expectante por viver momentos de exceção ao nível dos costumes e das sociabilidades, geralmente marcados por orgias alimentares e comportamentos associados.

Cumprido o voto através de um rito muito particular, integrando a procissão que da igreja matriz rumava à ermida situada no topo do Monte da Conceição, pagando a promessa de joelhos ou dando umas voltas à capela ou em torno da imagem, era, então, tempo de cantar e dançar, de demonstrar actos de afirmação de virilidade, forçando disputas, ajustes de contas ou jogos violentos, como o jogo de varapaus, ou seja, de transgredir as normas estabelecidas. Num tempo e num espaço que não eram o da rotina do dia-a-dia dos romeiros, a peregrinação da Senhora Aparecida em Lousada constituiu também, para os camponeses e forasteiros que aí acorriam, a oportunidade de romper com a moral estabelecida e com os rigorosos normativos éticos que, nas suas aldeias, eram obrigados a cumprir (Espírito Santo, 1984:141-142).

Foi esta multiplicidade de funções que a romaria da Senhora Aparecida assumiu, que nos levou a tentar perceber como a festa foi sendo dinamizada ao longo da primeira metade de Novecentos. Para isso, socorremo-nos dos periódicos com sede editorial no concelho de Lousada, disponíveis para este período: o *Radical* publicado entre 1 de Dezembro de 1911 e Outubro de 1915; o *Heraldo*, entre 4 de Janeiro de 1930 e Janeiro de 1942; o *Jornal de Lousada*, publicado a partir de 11 de Agosto de 1907, e o *Vida Nova*, o único título sediado na Senhora Aparecida, publicado, num primeiro momento, entre 1903² e 30 de Junho de 1912 e, num segundo, entre 19 de Junho de 1926 e 1 de Maio de 1934. Pela defesa dos interesses locais que desde o início da publicação assumem como uma das vertentes essenciais da sua existência, são sobretudo os três últimos títulos que reservam uma especial atenção para as questões relacionadas com a Aparecida e a sua romaria. O *Radical*, publicado durante os anos iniciais da Primeira República, vocaciona-se, sobretudo para os assuntos políticos, desvalorizando os outros, pelo que não se faz eco deste tipo de informações. Por sua vez, de forma distinta, o *Vida Nova*, o *Jornal de Lousada* e o

¹ *Heraldo*. n.º 72, 27 de Agosto de 1932, p.3.

² A existência deste título na Biblioteca Municipal do Porto, apenas se verifica a partir do número 340 (ano VII), datado de 6 de Novembro de 1910.



Figura 1 - Senhora Aparecida (Rua Gaspar Guimarães. Edição Câmara Municipal de Lousada - 1995).

Heraldo fazem uma gestão cuidada das notícias que dão sobre a festa e que vão desde uma divulgação empenhada, especialmente quando, no caso dos títulos sedeados na vila, dispunham de um correspondente na localidade, até ao completo silenciamento, em função das amizades e dos interesses dos homens que, por entre as recorrentes dificuldades financeiras, conseguiam em cada número travar uma batalha vitoriosa pela sua publicação, como era, aliás, bem característico da imprensa local da época.

Compreensivelmente, o *Vida Nova* editado na Aparecida por Abílio de Magalhães, fortemente comprometido com o desenvolvimento local, vai assumir-se como o principal arauto da romaria, contribuindo de forma decisiva, para a sua dinamização nos anos 20 e 30 do século passado. Após um primeiro momento de publicação, terminado abruptamente em Junho de 1912, o *Vida Nova* volta a reaparecer em 19 de Junho de 1926. Comerciante activo e inovador, Abílio de Magalhães retornara já definitivamente à sua terra natal, depois de alguns

anos em terras brasileiras, decidido a reforçar a importância da Aparecida no concelho de Lousada, onde tinha localizado o seu estabelecimento comercial herdado do pai, a Casa de Ferragens. Extraordinariamente aguerrido no bairrismo que o caracterizava, este homem vai envolver-se em várias campanhas em defesa da sua terra, não hesitando em atacar pessoalmente aqueles que, por uma ou outra razão, lhe faziam frente ou se manifestavam contra as suas opiniões.

É isso que acontece quando, por motivos não completamente esclarecidos, mas a que a questão política

não deve ter estado alheia³, Abílio de Magalhães vai, por exemplo, protagonizar, em 1927 e 1928, com José Teixeira da Mota, fundador do *Jornal de Lousada*, uma acesa polémica que se arrastou no tempo e que terá sido, sobretudo nas suas fases mais agudas, seguida atentamente pela população de Lousada. Amigos de infância⁴, com percursos profissionais e políticos muito diferentes, estes homens são, na década de 20, a face visível de cada um dos títulos que dirigem e de que são proprietários, utilizando as suas páginas para, um contra o outro, desferir ataques contundentes que chegam mesmo ao insulto pessoal.

O *Jornal de Lousada*, com redacção e administração localizada no centro da vila – na rua de Santo António – e propriedade de um homem que era, também, secretário na Câmara Municipal de Lousada, impôs-se natural e progressivamente, ao longo da sua publicação, nas primeiras décadas do século XX, como a voz oficial do concelho, sobretudo nas questões que directamente lhe diziam respeito. Semanalmente, este jornal dava notícias, vei-

³ No *Jornal de Lousada* de 7 de Maio de 1927, o articulista Alfredo José Ferreira escrevia, acerca da polémica entre Abílio de Magalhães e José Teixeira da Mota, o seguinte: o director “daquela imunda gazetoria”, ou seja, Abílio de Magalhães, é monárquico, enquanto José Teixeira da Mota é republicano. Acrescenta que cada um é livre de ser o que é, mas se se perguntar ao director do *Vida Nova* porque é que é monárquico, ele não sabe explicar (p.1).

⁴ Abílio de Magalhães e José Teixeira da Mota eram naturais da mesma freguesia e, curiosamente, nasceram no mesmo ano de 1871, com cerca de um mês de intervalo – o primeiro a 6 de Fevereiro e o segundo a 2 de Março (LOUSADA, 2002, I: 17,19). Frequentaram a mesma escola, na Aparecida, e foram mesmo companheiros de brincadeiras (*Jornal de Lousada*, n.º 971, 15 de Maio de 1926, p.1).

culava opiniões e publicava anúncios com grande ressonância junto de toda a população. Com tipografia própria a funcionar na rua de Visconde de Alentém, e que, entre a sua carteira de clientes, contava com a Câmara Municipal⁵, o *Jornal de Lousada* parece ter criado as condições para se afirmar no panorama jornalístico de Lousada que, em alguns momentos da primeira metade do século XX, dominou em exclusivo.

Na realidade, ao longo dos anos, o *Jornal de Lousada* terá assistido, sem grandes preocupações quanto à perda da sua preponderância, ao aparecimento de vários títulos que, por uma razão ou outra, acabaram por cessar a sua publicação. O reaparecimento em 19 de Junho de 1926 do *Vida Nova*, na Senhora Aparecida, terá sido, por isso, encarado com normalidade, não lhe merecendo nenhuma referência negativa. Com difusão assegurada quer dentro do concelho quer junto dos lousadenses residentes em outras localidades, o *Jornal de Lousada* nada tinha a temer de um periódico que, pelo facto de ser editado numa pequena povoação dos limites concelhios, apenas poderia ter interesse para um segmento muito restrito da população. No entanto, a postura agressiva evidenciada desde logo pela folha aparecidense, relativamente ao *Jornal de Lousada* que acusa de ter sido o “órgão da situação dominante de longos anos”⁶, responsabilizando-o pelo abandono a que o concelho tinha sido até então votado, obrigaram Teixeira da Mota a sair em defesa do seu nome. Do combate que então se inicia e que, certamente, terá tido outros desenvolvimentos nos bastidores da política local, resultaram, para além dos artigos escritos no calor da refrega, a decisão do seu proprietário em se afastar, pelo menos oficialmente, da direcção do jornal que passa então para Alfredo José Ferreira⁷.

Desta forma, sem a presença incómoda de velhas amizades, o caminho ficava completamente livre para o confronto.

Um confronto em que, artificialmente ou não, também participa o cidadão comum de Lousada, através da publicação de cartas, sob pseudónimo ou inconclusivas iniciais, como era, então, prática habitual na imprensa. Colocando-se ao lado do semanário a quem se dirige, um leitor que se identifica como C.C. faz questão de dizer em Junho de 1927 que o *Jornal de Lousada* é uma força poderosa do concelho, enquanto o *Vida Nova* se apresenta como o seu “espírito maléfico”⁸. Na perspectiva maniqueísta deste leitor, os campos encontravam-se, então, perfeitamente definidos.

Contudo, com o passar do tempo este assunto acabaria por morrer. O conflito, que tanta tinta fez correr, parece sanado no final de 1928, entrando-se então, numa fase marcada pela indiferença mútua. Mais comedido nas palavras nos anos subsequentes, o periódico aparecidense cessa a sua publicação em 1 de Maio de 1934. Desta vez, definitivamente. A voz incómoda do homem que muitos apontavam como o responsável pelo desenvolvimento económico e comercial que distingue a Aparecida das outras freguesias de Lousada⁹, deixa de ter a ressonância que as páginas do *Vida Nova* ao longo dos anos lhe tinham possibilitado. O espaço que a Aparecida, até então tivera na imprensa local, reduz-se substancialmente à medida dos interesses e das amizades dos homens que estavam à frente das redacções dos jornais que continuavam a publicar-se no concelho e das suas possibilidades em angariar correspondentes disponíveis para colaborar em cada número.

Perante as referências esporádicas à romaria da Aparecida publicadas no *Jornal de Lousada*, o

⁵ *Heraldo*, n.º 82, 7 de Janeiro de 1933, p.1.

⁶ *Jornal de Lousada*, n.º 1013, 5 de Março de 1927, p.1.

⁷ *Jornal de Lousada*, n.º 1017, 2 de Abril de 1927, p.1.

⁸ *Jornal de Lousada*, n.º 1026, 11 de Junho de 1927, p.1.

⁹ Atribuindo-lhe o mérito de ter contribuído para a arborização do largo da feira e o calçamento e alinhamento das ruas, o *Jornal de Lousada* sublinha, em 1926, que “povoações que têm no seu seio homens como Abílio Magalhães não morrem” (*Jornal de Lousada*, n.º 969, 1 de Maio de 1926, p. 1). Por sua vez, o *Heraldo*, alguns anos depois, faz questão de salientar que “Há homens que parecem vividos para a sociedade destinados a culto respeitoso, provocado pela sua natural bonomia e magnanimidade” e um deles é precisamente Abílio de Magalhães (*Heraldo*, n.º 32, 27 de Fevereiro de 1931, p.1).

Heraldo que se edita entre 1930 e 1942, distingue-se pela atenção que, de uma forma mais ou menos permanente, vai dando às questões relacionadas com a povoação da Aparecida. Por razões que passam, certamente, por velhas relações de amizade, este semanário, embora com redacção localizada na rua 31 de Janeiro, no centro da vila de Lousada, começou por ser impresso na tipografia do *Vida Nova*¹⁰. Além disso, a partir de Janeiro do ano seguinte, conta na sua direcção com Antero de Sousa Pacheco¹¹ que, com um percurso feito na imprensa local como jornalista, escrevera assiduamente no jornal de Abílio de Magalhães, nos seus primeiros anos de publicação. Não será, por isso, de estranhar que o *Heraldo* faça publicidade a estabelecimentos comerciais da Aparecida, em especial à Loja de Ferragens de Abílio de Magalhães¹², e publique, frequentemente, notícias sobre a Aparecida. Notícias essas que, centradas sobretudo na romaria anual, nos permitem, hoje, entender a dinâmica da sua organização nas décadas de 30 e 40 do século passado, na perspectiva dos correspondentes que o jornal possuía na localidade, e entre os quais se destacou o comerciante José da Costa, que assinava sob o pseudónimo de Sepol¹³.

Compreensivelmente, é, também, neste jornal que Abílio de Magalhães faz publicar uma carta sua, datada de 8 de Agosto de 1938, em que mais uma vez, com a frontalidade que o caracteriza, reage contra aquilo que denomina de “infame campanha de descrédito”¹⁴ organizada contra si. Declarando-se decidido a saldar todas as dívidas que tinha, em prazos razoáveis, sublinha, em abono da sua pessoa, que nada devia aos bancos ou casas bancárias, tanto em Portugal como no Brasil. Como antigo proprietário de um jornal, Abílio de Magalhães conhecia muito bem o papel essencial que cabia à imprensa como formadora da opinião pública local. Para o bem e para o mal.



Figura 2 - Anúncio à Loja das Ferragens. *Heraldo*, 10 de Maio de 1930, p. 3.

Pelo que tivemos ocasião de apurar, pelo menos até ao reinício da publicação do jornal aparecidense, *Vida Nova*, sob a direcção de Abílio de Magalhães, em Junho de 1926, poucas são as referências encontradas que têm por objecto a festa nesta localidade. Na verdade, o *Jornal de Lousada* faz-lhe apenas breves referências, diluídas noutras festividades locais, ou ainda publicando anúncios, pagos ou gratuitos, ocupando uma página inteira, como acontece em 8 de Agosto de 1920. Nesta altura, esta romaria ainda não beneficiava do destaque local, sendo tratada pela imprensa periódica do concelho como uma entre muitas outras festas da região.

Foi o título publicado na *Aparecida* que, após 1926, deu projecção à romaria e à própria povoação que a acolhia. Ora, a par da defesa da feira local, realizada quinzenalmente ao domingo, a festa de Agosto passa a ser encarada pelo *Vida Nova*

¹⁰ *Heraldo*, n.º 1, 4 de Janeiro de 1930, p.1.

¹¹ *Heraldo*, 3 de Janeiro de 1931, p.1.

¹² Como acontece, por exemplo em 10 de Maio de 1930, relativamente aos pneus U.S. Royal para automóveis que aí se vendiam (*Heraldo*, n.º 11, 10 de Maio de 1930, p.3).

¹³ *Heraldo*, n.º 391, 15 de Julho de 1939, p.1.

¹⁴ *Heraldo*, n.º 368, 1 de Outubro de 1938, p.2.

como o momento alto de consagração da importância da Aparecida no concelho. Este título percebeu bem o quanto a festividade poderia assumir um papel catalisador no processo de desenvolvimento local e de afirmação da terra no contexto concelhio, através do reforço da sua própria identidade. Assim, ao perceber o grande sucesso provocado pelas festas de 1923, que assinalaram o centenário da Senhora Aparecida, Abílio de Magalhães, director deste periódico, entendeu que, sem uma promoção permanente, contínua e sistemática, a festa corria o risco de perder o seu brilho, com inevitáveis reflexos para o desenvolvimento económico e prosperidade financeira da povoação.

É neste sentido que, a partir de 1926, com alguma antecedência, o *Vida Nova* vai anunciando a romaria, contando pormenores do aparecimento da lenda e dedicando espaço à apresentação do programa festivo que ocupava os três dias. Dá o destaque aos pontos de maior atracção do programa, a saber, no dia 13, a feira de gado; no dia 14, que assinala o dia da festa, realçando as bandas de música contratadas, Zés Pereiras e fogo-de-artifício, que culmina com a procissão, na qual destacava a monumentalidade do Andor Grande “transportado a custo por 70 homens”, e finalmente, o dia 15, dedicado às festividades da Igreja¹⁵.

É neste processo de promoção da localidade, inscrito já no editorial que consagra o seu reinício – “estarei alerta para defender os interesses de todo o concelho de Louzada, e especialmente os da Senhora Aparecida”¹⁶ – que Abílio de Magalhães dá eco a um atractivo suplementar que, nesse ano, iria acontecer. Consciente do impacto que os milagres tinham na religiosidade popular, hierofanias que consumstanciavam o poder sobrenatural do sagrado, o jornal soube utilizar as suas páginas para divulgar atempadamente um caso que insistia em chamar de “authentic”. Tratava-se daquilo que intitulou de “Grande milagre de Nossa Senhora Aparecida”, que

teria ocorrido no lugar de Santo Amaro, da freguesia de Travanca, no vizinho concelho de Amarante. Segundo o jornal “uma dedicada mãe tinha uma creancinha com uma meningite”; esgotados os recursos que a ciência podia oferecer, antecipando o fim, a família encomendara-lhe um “caixãozinho”. Mas a mãe, muito devota da Senhora Aparecida, pediu-lhe que a tirasse desta aflicção, pois só tinha aquela filha. Prometeu, então, dar-lhe o que tinha de mais valioso – as jóias de ouro que possuía, incluindo as que os pais lhe tinham oferecido. Mas como não achasse isso suficiente, ter-lhe-ia proposto uma troca. Se a filha não morresse, ela a levaria num caixão até junto da imagem na Ermida da Nossa Senhora Aparecida, acompanhada por música e integrada na grandiosa procissão que teria lugar, no dia da festa. Após a formulação desta promessa, quando olhou para o berço a menina começou a dar sinais de vida. O milagre tinha-se consumado. Perante este acontecimento que, como o jornal faz questão de salientar, “embora pareça a fantasia de um romance não o é”, havia mais uma razão – forte – para ir à romaria. O *Vida Nova*, exortando à presença de todos, pois “Ninguém deve perder a ocasião de assistir a este piedoso acto”, anunciava que o pagamento desta promessa ocorreria no “dia 14 de Agosto ao meio dia”¹⁷.

A ter efectivamente acontecido ou, hipótese que não poderá deixar de ser colocada, a ter resultado de uma ‘construção’ intencionalmente preparada para atrair mais forasteiros à romaria, o que é certo é que efectivamente a singularidade do anúncio de uma promessa que seria cumprida de forma pouco ortodoxa, em que a criança amortalhada iria ser transportada num verdadeiro caixão, fez com que a afluência de pessoas curiosas tivesse excedido todas as expectativas. Como o jornal *Vida Nova* do dia 28 de Agosto desse ano relatava, “no dia 14, na povoação estavam 60 mil pessoas”¹⁸, provenientes de Lisboa, Coimbra, Porto, Chaves e de todos os

¹⁵ *Vida Nova*, n.º 415, 17 de Julho de 1926, p.4.

¹⁶ *Vida Nova*, n.º 413, 19 de Junho de 1926, p.1.

¹⁷ *Vida Nova*, n.º 416, 31 de Julho de 1926, p.2.

¹⁸ Esta é apenas uma das muitas contagens de forasteiros que teriam ocorrido, nesta data, à Senhora Aparecida. Por sua vez, o *Jornal de Lousada*, registava o número de 30 000 forasteiros (*Jornal de Lousada*, 21 de Agosto de 1926, p.2).

concelhos numa área de seis léguas em volta. Muitas foram, também, as promessas então cumpridas, contando-se muitos homens e mulheres de “joelhos no chão subindo a rua”, bem como muitas foram também as esmolas em dinheiro e em ouro entregues na ermida. Como este jornal tem consciência, este facto trouxe, à Aparecida, muitos milhares de pessoas que queriam ver a menina no caixão com os próprios olhos e que, depois, iriam contar como tudo se tinha passado, atraindo muitos milhares que, nos anos seguintes, viriam também.

Não esquecendo isso, o jornal, no primeiro número saído no rescaldo das festas, em 28 de Agosto, faz questão de descrever com grande pormenor o percurso festivo feito pela criança dentro do caixão que a conduziu ao altar da Senhora da Aparecida. Colocada no caixão a dormir, quietinha, a menina assim terá continuado, “com o aspecto pálido dum pequenino cadáver”¹⁹, apesar da música da banda de Vila Boa que a acompanhava e do ruído dos foguetes que estouravam à sua passagem. Foi assim, ao longo de quatro quilómetros em que muitos foram os que se acotovelaram para a ver. Segundo o *Vida Nova*, só acordou e recuperou as cores, junto do altar, onde foi retirada do caixão enquanto a sua mãe se despojava das jóias prometidas e as entregava, para logo as pagar e reaver. Erguida, então, por um dos homens da terra, António Magalhães Coutinho de Carvalho, foi mostrada aos milhares de pessoas presentes, para finalmente, ser entregue à sua mãe que irradiava felicidade.

Os contornos que este processo de promoção da romaria de Agosto à Senhora Aparecida assumiria não terão sido, no entanto, unanimemente aceites por todos. Na sequência da festa de Agosto de 1926, o *Vida Nova* dá a entender que os representantes da Igreja acolheram com desconfiança as novidades recém-introduzidas. É o que acontece com o próprio Abade de Travanca que, segundo o referido periódico, teria “querido diminuir a importancia do grande milagre de Nossa Senhora Aparecida, ope-

rado numa creança filha de uma sua parochiana. Disseram-nos mesmo que elle tentou negal-o!”. Abílio de Magalhães aproveitou, no entanto, mais esta circunstância adversa para sublinhar a veracidade da história divulgada na sua folha, escrevendo “O milagre é absolutamente verdadeiro”, ao mesmo tempo que procura justificar a atitude do Abade, pelo facto de este pretender que a promessa fosse cumprida não na Aparecida, mas na sua paróquia, beneficiando-a, assim, directamente²⁰.

Esta desconfiança por parte dos membros da igreja local terá ficado muito clara, logo em 1926, quando o próprio Abade de S. Fins do Torno, juntamente com outros representantes do clero local, procuraram controlar a festa fazendo impor a sua vontade. A esse propósito, embora sem contar muitos pormenores, o *Vida Nova* relata que, durante a procissão desse ano, se teria gerado um incidente. Assim, depois de ter sido cumprido cerca de dois terços do seu percurso, os referidos padres suspenderam a romagem e mandaram-na retroceder, o que provocou reacções pouco receptivas, especialmente dos que cumpriam promessas²¹.

Estes atritos vão continuar nos anos seguintes, como se percebe da leitura de alguns títulos locais. Apesar da grandiosidade dos festejos, pelo menos em 1931, como escreve alguém que a si próprio se classifica como “Um devoto de Nossa Senhora Aparecida”, “Houve algumas pessoas que procuraram destruir esta Romaria, não só este ano como no ano anterior”, concluindo o anónimo que “essas pessoas, merecem o desprezo, de todos os bons filhos desta terra. Avante, pois!”²².

O número de 14 de Setembro de 1931 do *Heraldo* ajuda a perceber melhor este assunto. Como faz questão de esclarecer outro anónimo que se identifica como “Um segundo Devoto da Senhora Aparecida”, o artigo anterior teria sido satirizado por um padre da freguesia da Aparecida que, do púlpito, no domingo anterior, muito teria criticado o seu teor²³. A algazarra que estes artigos provoca-

¹⁹ *Vida Nova*, n.º 418, 28 de Agosto de 1926, p.2.

²⁰ *Vida Nova*, n.º 420, 25 de Setembro de 1926, p.2.

²¹ *Vida Nova*, n.º 419, 11 de Setembro de 1926, p.2.

²² *Heraldo*, 29 de Agosto de 1931, p.3.

ram na localidade da Senhora Aparecida não terminou por aqui. Nos dois números seguintes do *Heraldo* são publicadas duas cartas abertas, uma dirigida ao “... Sr. Director do «Heraldo»”²³, a outra destinada ao “Sr. Abade de S. Fins do Torno. Padre Joaquim N. Barroso”²⁵, das quais se percebe o clima de tensão e “indignação” existente entre o Padre e os seus paroquianos mais bairristas. Nesta última carta aberta, a propósito ainda da festa de Agosto, pode mesmo ler-se “O que lamento neste momento, Sr. Abade, é que todos os Bons que se sacrificam desinteressadamente pelos infelizes que sofrem morram... Bem sei que V. R^a despreza os escrevinhadores de jornalecos, que têm unicamente a seu favor, a sua boa vontade e a sua modesta pena, sem pretensões, mas que nas ocasiões oportunas aparecem a fustigar os maus párcos, ou os maus cidadãos que abusam de autoridades que não possuem”.

Não sabemos como terminou esta diatribe. O que sabemos é que o Padre Nunes Barroso se manteria à frente da paróquia e que, no dia 12 de Agosto de 1934, inaugurando a festa da Senhora Aparecida, presidiria à bênção das Alminhas, entretanto reconstruídas no centro da localidade, ao lado de dois destacados aparecidenses, António José Teixeira e o comerciante António Pinto Lopes de Magalhães, filho de Abílio de Magalhães²⁶. Pelo menos por agora, comerciantes e industriais do Torno e os representantes da Igreja católica, pareciam irmanados no projecto de desenvolvimento local centrado a partir da romaria da Aparecida.

Não há dúvida que o sucesso da festa da Aparecida foi bem preparado pelos comerciantes aparecidenses. Na verdade, muito antes das técnicas de marketing estarem implantadas nas leis do

mercado, estes homens souberam engendrar formas de propaganda que sabiam, antecipadamente, produzirem efeitos tendo em conta o público-alvo a que se destinavam. Abílio de Magalhães vai fazê-lo com grande originalidade, relativamente às suas casas comerciais, como se pode verificar pelos sugestivos e diversificados anúncios publicados em todos os números do *Vida Nova*, sobretudo se atendermos ao facto de que a Aparecida é uma localidade de uma pequena freguesia do concelho de Lousada, situada nos limites do distrito do Porto.

Ora, como confessaria anos depois, reportando-se a 1926, aquele que, em S. Fins do Torno, foi pioneiro nestas técnicas, o comerciante e antigo emigrante no Brasil, Abílio de Magalhães, “eu fiz tudo o que se podia fazer em benefício da boa propaganda para angariar donativos”²⁷ para a romaria da Aparecida. Como se verificou já, foi nas páginas do jornal de que era proprietário que o milagre daquela que, de forma pouco concreta, é identificada como a ‘menina de Travanca’ foi anunciado, estabelecendo-se uma clara conexão, em 1926, entre este acontecimento e a afluência de forasteiros à festa.

Mas Abílio de Magalhães não era um homem qualquer. Filho de António Pinto Ferreira de Magalhães, um comerciante estabelecido na Aparecida, desde 1845, ele continuaria o negócio de família, tendo sido um dos muitos emigrantes que, cedo, partiu para o Brasil. Do pouco que sabemos, razões políticas devem também ter estado na base desta opção²⁸, embora, como tantos outros emigrantes, o Brasil lhe tenha permitido simultaneamente estabelecer lucrativos negócios e multiplicar a fortuna pessoal. Terá sido toda esta vivência pessoal, associada ao desejo, normal, de ostentar o sucesso na terra que o viu nascer que deve ter estado na base

²³ *Heraldo*, 14 de Setembro de 1931, p.2.

²⁴ *Heraldo*, 26 de Setembro de 1931, p.2.

²⁵ *Heraldo*, n.º 49, [?] de Setembro de 1931, p.2.

²⁶ *Heraldo*, n.º 168, 25 de Agosto de 1934, p.2.

²⁷ *Vida Nova*, n.º 465, 16 de Junho de 1928, p.2.

²⁸ Em 1911, aos 40 anos, parte com a família para Pernambuco onde fixará residência, a fim de tratar da administração das importantes propriedades que aí possuía e para colocar os filhos num colégio religiosos, em virtude do encerramento de muitas escolas religiosas pela Primeira República (cf. *Vida Nova*, n.º 366, 11 de Maio de 1911, p.2). Em várias ocasiões, regressou e tornou a partir, havendo um registo de passaporte datado de 10 de Março de 1921 com destino a Pernambuco (Arquivo Distrital do Porto, *Livro de registo de passaportes* n.º 3430, registo n.º 159).



Figura 3 - Senhora Aparecida (Rua Gaspar Guimarães, Torno - 1907. Edição Câmara Municipal de Lousada - 1995).

do protagonismo que, a partir daí, viria a assumir. Como todos os emigrantes de retorno, geralmente conhecidos por ‘brasileiros’, Abílio de Magalhães fez questão de ser um dos maiores financiadores da festa local, como dá publicamente a conhecer²⁹. Não era apenas o simples espírito de solidariedade e benemerência que estava em causa. Abílio de Magalhães era um negociante, proprietário de duas grandes casas comerciais, e atrair à Aparecida um número inusitado de potenciais consumidores era, sem dúvida, uma boa forma de aumentar os seus lucros e de promover o desenvolvimento da Aparecida.

Foi, no entanto, no sector do comércio aparecidense que Abílio mais inovou. Nascido numa família de comerciantes, foi continuador do estabelecimento do pai – através da firma Magalhães, Vieira & Companhia – que constituiu com Cristóvão Vieira de Melo e Aníbal de Sousa Pereira e, paralelamente em 1903, deu origem a uma outra sociedade – Abílio de Magalhães & Companhia – proprietária da Casa de Ferragens e drogaria da Aparecida³⁰. Através destes estabelecimentos e do jornal que possuía, Abílio de Magalhães foi capaz de catalisar os comerciantes locais num objectivo comum – o desenvolvimento económico da terra. Soube mostrar-lhes como unidos, recorrendo àquilo que eram os valores e património locais, nos quais podemos

incluir a romaria, podiam representar uma força aglutinadora e reivindicativa, capaz de gerar uma mais-valia significativa.

Não admira, portanto, que, a partir de 1926, instigados por Abílio de Magalhães, os comerciantes aparecidenses tenham assumido a organização das festas de Agosto. Numa primeira fase, apelando aos seus amigos mais directos e familiares, como aconteceu no ano de 1927, quando “para effectuar com brilho a romaria em 1927”, recorreu ao “auxílio pessoal e também

pecuniário” de homens como António Magalhães Coutinho de Carvalho, Carlos Ferreira de Sousa, António Magalhães, este, possivelmente seu filho, o Dr. Augusto de Carvalho, seu genro, casado com a filha Lucinda, Clementino Teixeira da Costa e Sousa, seu genro, casado com a filha Elisa, Artur Cunha, Agostinho Pinto da Cunha e Victorino Vieira.

A partir daqui, percebe-se ter existido um acordo tácito entre os comerciantes locais para organizarem rotativamente a festa, fazendo integrar, nos anos seguintes, na comissão organizadora nomes de reputados negociantes da povoação, bem como das forças políticas locais, como era o caso de Arnaldo Mesquita que, em 1928, desempenhava a função de presidente da Junta de Paróquia³¹. As grandes dificuldades económicas e financeiras, que, nesta época, se faziam sentir, sobretudo no interior pobre do país, obrigaram à adopção de estratégias locais para o seu atenuamento, que passavam, nomeadamente, por um forte investimento nas festas e romarias que, sobretudo, na época estival, coloriam o norte de Portugal. Graças a Abílio de Magalhães, a Aparecida muito cedo ganhou disso consciência, colocando à frente da comissão de festas aqueles que, devido ao seu interesse pessoal e à capacidade para avançarem o capital necessário, estariam mais

²⁹ *Vida Nova*, n.º 465, 16 de Junho de 1928, p.1-2.

³⁰ *Vida Nova*, n.º 340, 6 de Novembro de 1910, p.2.

³¹ *Vida Nova*, n.º 465, 16 de Junho de 1928, p.1-2

preparados para o fazer com sucesso – os comerciantes. Isso é claramente defendido no *Heraldo* de 16 de Julho de 1932, sob a epígrafe “Grande Romaria de Nossa Senhora Aparecida”, quando se escreve que sobretudo “Numa época de crise como a que actualmente se atravessa todos os esforços se deve conjugar para atrair á povoação (...) o maior numero possível de forasteiros”, sublinhando que as festas são também um “meio de propaganda (...) e (...) receita para o nosso comercio e para a nossa industria”. Sendo assim, o jornal faz questão de avisar que “para que estas festas produzam resultados apreciáveis é indispensável que se lhes dê certa grandeza, se lhes imprima determinado esplendor e se lhes faça uma larga propaganda”³². O amadorismo de outras épocas tinha, pois, de acabar para dar lugar a uma cuidadosa e atempada preparação. Aliás, como se pode ler, no número seguinte, “é indispensável que o publico, e muito especialmente, as classes que mais lucram com as festas, auxiliem financeira e moralmente pessoas que se propuseram realiza-las”³³. Os programas tinham de ser, por isso, cada vez mais elaborados, sabendo conjugar com perícia a tradição com a inovação, indo ao encontro dos desejos de uma população para quem, como referimos atrás, apenas sobrava o cinzentismo da labuta diária nas terras que cultivava.

Por outro lado, com o seu exemplo e dinamismo, Abílio de Magalhães soube também captar a benemerência dos seus compatriotas emigrados no Brasil. Enriquecidos pelos investimentos que aí fizeram, movidos pelo acrisolado amor à terra onde nasceram, homens como Valentim da Silva Machado, proprietário no Rio de Janeiro³⁴, ou João Ribeiro de Magalhães³⁵, comerciante na Baía, contribuíram também para o êxito da romaria, quer fazendo

entregas de valores avultados, quer patrocinando as obras na capela da Nossa Senhora da Conceição. Como, mais tarde, constatou Antero de Sousa Pacheco, na qualidade de director do *Heraldo*, num artigo de editorial, a romaria da Aparecida é “uma das mais importantes do Norte do país pela sua antiguidade e frequência de forasteiros que a ela concorrem de concelhos distantes, atraídos pela grande fama que gosa não só de sua imponente procissão em que se destaca o andor grande que a custo é conduzido por algumas dezenas de homens, mas também pelo pitoresco do seu arraial”, concluindo, de modo peremptório, que “A povoação da Senhora Aparecida tem progredido muito mercê do carinho que o seu povo, laborioso e activo, sempre dedica à romaria cujo nome adotou (sic)”³⁶. Dois anos depois, procurando apontar as razões do sucesso da romaria da Aparecida, por contraponto a alguma falta de brilho da do Senhor dos Aflitos em Lousada, este jornalista explica que os aparecidenses são “de um acrisolado bairrismo, procurando sempre o engrandecimento do seu torrão natal, sendo já a povoação da Senhora Aparecida de um capital importante sob o ponto de vista comercial e industrial, mercê do impulso empreendedor de seus habitantes”, sublinhado que, com isso, sempre tinha conseguido apurar “a seu favor bastante rendimento proveniente das promessas de devotos que o Senhor dos Aflitos não tem”³⁷.

Na realidade, os programas oficiais das festas que, ano após ano, até à década de 60, vão sendo elaborados pelas respectivas comissões, e de que os jornais se fazem eco, evidenciam a preocupação em apresentar actividades diversificadas e suficientemente atractivas, de forma a assegurar a afluência de muitos forasteiros. Os caixões de amortalha-

³² *Heraldo*, n.º 69, 16 de Julho de 1932, p.3.

³³ *Heraldo*, n.º 70, 30 de Julho de 1932, p.3.

³⁴ Valentim da Silva Machado era sócio da firma comercial Gaspar Ribeiro & Companhia, no Rio de Janeiro. Veio, em 1923, à Aparecida, depois de uma longa ausência, participar nas festas do centenário de Nossa Senhora Aparecida, tendo entregue à Comissão de Festas o resultado de uma subscrição que promoveu no Rio de Janeiro, no valor total de 1500 escudos. Por sua vez, em 1924 mandou de lá, para as festas, 100.000 rs. em moeda brasileira (cf. *Heraldo*, n.º 409, 15 de Julho de 1939, p.1).

³⁵ *Jornal de Lousada*, n.º 2722, 3 de Dezembro de 1949, p.2. Nesta altura, fez-se na Aparecida uma grande homenagem, com descerramento de lápide e retrato.

³⁶ *Heraldo*, n.º 321, 14 de Agosto de 1937, p.1.

³⁷ *Heraldo*, n.º 414, 19 de Agosto de 1939, p.1.

dos, compreensivelmente, não se encontram entre elas. Não só porque se situavam no âmbito do foro privado daqueles que, dessa forma, pretendiam dar cumprimento da promessa feita à Senhora Aparecida, como, sobretudo, e tanto quanto nos permite verificar a leitura dos periódicos da época, foram poucos os momentos em que os caixões ‘passaram’ para as páginas dos jornais, pelo menos, até meados da década de 60. No entanto, sabemos que em tempos mais recentes, como aconteceu nos anos 80 e 90 do século XX, a “procissão dos caixões” marcou lugar destacado nas festas da Aparecida justificando um número significativo de participantes (Carvalheiras, 2006:108).

Assim, até meados da década de 60 do século XX e, exclusivamente através da leitura dos jornais locais, apenas no ano de 1927 e, trinta anos depois, em 1957, foi possível encontrar relatos sobre a existência deste género de eventos. Como relata o *Vida Nova*, na sequência do que tinha acontecido no ano anterior com a menina de Travanca, apesar de o milagre ter sido “contestado por um jacobino embriagado com aguardente”, a imagem do caixão levando a menina viva “fez correr dos olhos de tantas mães, límpidas lágrimas de alegria ao mesmo tempo que dentro do peito de uma imensa onda humana todos os corações palpitavam com comovente prazer”³⁸. Não admira, pois, que, no ano seguinte, outras mães apelassem à piedade da Senhora Aparecida. Logo em 1927, o jornal aparecidense relata novo milagre. Neste caso, tratava-se de uma outra criança de apenas 5 anos, desta feita do sexo masculino, agora claramente identificada – filho do fabricante de doces e pão-de-ló, António da Silva Oliveira, da freguesia de Cernadelo, de Lousada. Muito doente, os “afamados medicos” nada podiam fazer. Lembraram-se então os pais da Senhora da Aparecida e de joelhos no chão pediram a intercessão da Senhora, prometendo centos de escudos e jóias de ouro “assim como apresentar o menino deitadinho num caixão aos pés de Nossa Senhora,

amortalhado como se fosse para a sepultura”. Na sequência desta promessa, ele teria ficado bom!

Realizado mais este milagre, com claras similitudes ao ocorrido no ano anterior, a criança foi conduzida num caixão, transportado por seis meninas vestidas de branco, acompanhado por duas bandas de música, desde o cemitério de S. Fins até à ermida de Nossa Senhora. Como no ano anterior, o articulista termina a notícia sublinhando a autenticidade do facto que teria sido contado por escrito pelos pais da criança³⁹.

No rescaldo da festa, o jornal faz novo relato da “criancinha deitada num caixãozinho ricamente preparado”, transportado pelas meninas vestidas de branco ao som de duas bandas de música, facto que teria feito “commover milhares de pessoas que, a despeito dos esforços empregados pela policia, quasi tornavam impossivel o andamento do cortejo, por quererem ver com os seus proprios olhos a commovente cerimonia”.

Nessa ocasião teria havido mesmo uma segunda procissão de caixões. Tratava-se da “sobrinha Ignêsinha de D. Rosa da Silva Carneiro”, moradora na Rua da Saudade, em Penafiel. Esta teria prometido levá-la no caixão “ricamente adornado” deixando à Senhora Aparecida o valioso vestido que a amortalhava e uma oferta cuja quantia não declarou. Neste caso, o cortejo foi acompanhado pela banda de música de Figueiró e muitos milhares teriam visto “depois de cumprir a promessa, a creancinha (...) [ser] retirada do caixão, e este junto aos muitos que já ali se encontram”⁴⁰.

Esta referência permite-nos perceber que outras promessas com caixões teriam sido cumpridas neste ano de 1927. O que se deve sublinhar, agora, é que, pelo menos até ao ano de 1957, nunca mais elas vão ter eco nas páginas dos jornais do concelho. Não sabemos a razão que está na origem deste silenciamento. O que é facto é que, pelo menos nos programas oficiais das festividades nunca encontramos uma referência explícita a esta forma, tão

³⁸ *Vida Nova*, nº442, 30 de Julho de 1927, p.1.

³⁹ *Vida Nova*, nº443, 12 de Agosto de 1927, p.2.

⁴⁰ *Vida Nova*, nº444, 27 de Agosto de 1927, p.1.

peculiar e própria, de cumprimento de promessas. Na verdade, o que sempre se ressalta nas diferentes notícias é, antes, o tipo de atracções lúdicas e alegres. Como se escreve no *Jornal de Lousada* em 10 de Agosto de 1957, as Romarias de Agosto, como eram conhecidas, “teem o seu quê de pitoresco, pois, são caracterizadas pelas suas danças e cantares regionais”. No entanto, nesse mesmo ano, mais de um mês depois das mesmas terem ocorrido, este jornal relata novo caso de promessa com caixões. Tratava-se de “Um caso que este ano despertou a curiosidade de todos os romeiros foi o de um «enterro», na tarde do dia 14. Um rapaz, na flor da idade, encontrava-se no Hospital de Felgueiras. Os médicos, vendo que naquele caso a Medicina já nada tinha a fazer, aconselharam a família do internado a levá-lo para casa, pois que, dentro de poucas horas, ele morreria. Um único pensamento ocorre àquela gente em tão aflitivo momento recorrer à intercessão da Sr.^a Aparecida, prometendo-lhe que se o rapaz sarasse, havia de ser conduzido em caixão fe-

chado, desde a Igreja de Sanfins até à Ermida da Senhora Aparecida. E o milagre não se fez esperar. De repente, o rapaz sente-se curado”.

Estava consumado novo milagre a que terá correspondido uma nova promessa com caixões nas festas da Aparecida, conhecido por nós, hoje, por que relatado nas páginas do jornal. Como nos descreve o articulista, nesta ocasião, “casos como este e promessas como esta não são factos esporádicos que se passam com N.^a Sr.^a Aparecida”⁴¹, pelo que, a acreditar nas suas palavras, apenas uma muito pequena parte desta tradição chegou até nós pela pena dos jornalistas. De qualquer modo, a tradição das Procissões dos Caixões acabaria por ficar, pelo menos até finais do século XX, como a característica mais marcante das romarias de Agosto na Aparecida e, com certeza, como esperava Abílio de Magalhães em 1926, foram elas as responsáveis por muitos dos curiosos que, todos os Agostos acorriam à Aparecida observar tão peculiar tradição.

⁴¹ *Jornal de Lousada*, nº3124, 21 de Setembro de 1957, p.2, 4.

Bibliografia

- CARVALHEIRAS, J. C. (2006) – A Procissão dos Cai-xões na Senhora Aparecida. *Oppidum*. Lousada. 1, p.105-115.
- ESPÍRITO SANTO, M. (1984) – *A Religião Popular Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, [D.L. 1984].
- HERALDO. *Lousada*. 4 de Janeiro de 1930 – 23 de Dezembro de 1939.
- JORNAL DE LOUSADA. Lousada. 11 de Agosto de 1907- Agosto de 1969.
- LOUSADA: *Colectânea de Autores Locais (2002)*. Lousada : Câmara Municipal de Lousada, 2002. 2 vols.
- RADICAL. Lousada. 1 de Dezembro de 1911- Outubro de 1915.
- VIDA NOVA. Senhora Aparecida, Lousada. 1903 - 30 de Junho de 1912 /19 de Junho de 1926 -1 de Maio de 1934.